

Trabalho associado e mudança social

Candido Giraldez Vieitez;
Neusa Maria Dal Ri

Como citar: VIEITEZ, Candido Giraldez; DAL RI, Neusa Maria. Trabalho associado e mudança social. *In:* DAL RI, Neusa Maria (org.). **Trabalho associado, economia solidária e mudança social na América Latina**. Marília: Oficina Universitária, 2010. p.67-94. DOI: <https://doi.org/10.36311/2010.978-85-7983-063-1.p67-94>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Trabalho associado e mudança social

Candido Giraldez VIEITEZ¹

Neusa Maria DAL RI²

Introdução

No movimento histórico de resistência ao capitalismo, os trabalhadores criaram uma tecnologia social que é uma modalidade específica de associativismo, as organizações coletivas de massa, como sindicatos, comitês de fábrica e cooperativas³. Neste trabalho tomamos como objeto de reflexão as associações que buscam modificar as relações de produção nas unidades de trabalho, e que denominamos organizações de trabalho associado (OTAs).

A idéia de mudar a sociedade mediante a ação política tem seus paradigmas clássicos na revolução francesa e na revolução russa.

A Revolução Francesa tem suscitado diversas interpretações. Para muitos autores, essa revolução é o grande divisor de águas político da história do Ocidente e do mundo porque ela introduziu o conceito de democracia

¹ Professor Assistente Doutor da Univ Estadual Paulista; Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências, *campus* de Marília, Brasil.

² Professora Livre-docente da Univ Estadual Paulista; Faculdade de Filosofia e Ciências, *campus* de Marília, Brasil. Membro do Comitê PROCOAS da AUGM.

³ Para Thompson (2004) esse tipo de organização é um dos eixos sob os quais gira a roda da história.

como o poder do povo. Laclau e Mouffe (2004, p. 197-8), por exemplo, afirmam que “O momento chave nos começos da revolução democrática pode ser localizado na [...] Revolução francesa, uma vez que, [...] foi ao nível do imaginário social que surgiu então algo verdadeiramente novo com a afirmação do poder absoluto do povo”.

A postulação do povo como única fonte legítima do poder apresentou-se como negação dos sete mil ou mais anos de história das sociedades de classes, nas quais as classes dominantes arvoraram seu monopólio político com base na origem de nascimento e na vontade divina.

De fato a Revolução Francesa, bem como o iluminismo, sua matriz intelectual primordial, concentraram-se na igualdade política e jurídica, abstraindo determinantes imprescindíveis à concretização da igualdade. A influência dessa visão fez-se notar no emblemático levante da Comuna de Paris. A Comuna, um movimento que eclodiu enunciando a era dos conflitos característicos ao embate da classe operária, conduziu a limites radicais os elementos democráticos presentes na Revolução Francesa e ainda adiantou “[...] as premissas da autogestão (posta em marcha pelos operários associados das oficinas abandonadas pelos seus patrões) [...]” (VILLARD, 1999, p. 102). Entretanto, a questão da igualdade não foi cabalmente colocada pelo movimento da Comuna.

Coube à Revolução Russa de 1917, a segunda grande revolução paradigmática da era moderna, dar esse passo. A Revolução Russa reelaborou o conceito de igualdade, enunciando que a igualdade econômica é a base imprescindível para a concreção da igualdade real e não simplesmente formal, inclusive nas esferas da política e da lei. Os bolcheviques, empenhados na revolução, declaravam-se comunistas e reivindicavam o legado político e intelectual de Marx e Engels. Segundo Texier (2005), Marx e Engels aderiram ao conceito de comunismo, não porque fossem antagonistas da democracia, mas, sim, porque sendo democratas radicais, julgaram importante diferenciarem-se de um movimento democrata que, em sua época, mantinha a democracia confinada à instância política.

É sintomático, portanto, que durante uns poucos anos, antes e depois da Revolução Russa, mas sob a égide do processo revolucionário mais candente, diversas variantes de trabalho associado tenham florescido na Rússia sob a designação de *controle operário*, o que constituiu um testemunho

das aspirações dos trabalhadores a respeito da democratização econômica no quadro mais geral da revolução (BRINTON, 1975; LÊNIN, 1978).

As forças burguesas internas e externas acabaram por derrubar a Revolução Russa e com ela a maioria dos países de socialismo histórico (BETTELHEIM, 1979). No entanto, no estrito senso, a burguesia também derrotara a Revolução Francesa. A soberania popular não se concretizou e, em vez dela, a burguesia conseguiu impor diversas versões retóricas de *soberania popular* mediante a eleição periódica de representantes para os parlamentos⁴.

Afirmam Liria, Liria e Zahonero no livro *Educação para a Cidadania* (2007, p. 130, grifos dos autores):

A sociedade moderna foi a única sociedade da história humana que pretendeu constituir-se a si própria **por meios políticos**, a partir de um espaço **político** para a **cidadania**. E, no entanto, [...] há motivos de sobra para afirmar que jamais existiu uma sociedade na qual a vida política da cidadania tenha estado mais impossibilitada. Frente ao imenso oceano da economia privada, o espaço público da cidadania, na atualidade, não pode ser mais do que uma anedota. A Idade Contemporânea celebrou o triunfo da cidadania justo no momento em que esta se fazia mais impossível do que nunca. E desde então não se fez mais do que insistir no mesmo mal entendido. Quanto mais o mundo se converte em um açougue no qual cinquenta multinacionais disputam a dentadas a carne de homens e mulheres, mais se fala e fala do Estado de direito.

Essas revoluções foram derrubadas⁵, mas paradoxalmente continuam a ser dramaticamente importantes no teatro da história de longo prazo.

⁴ A democracia liberal é apenas uma dentre várias formas de governo do capitalismo. Outras formas foram o nazismo e fascismo. As burguesias latino-americanas em alianças com burguesias metropolitanas, em especial dos Estados Unidos da América, historicamente instalaram sangrentos regimes ditatoriais em vários países.

⁵ “Em 1991, a URSS, por certo, não ‘caiu sozinha’. [...] Daqueles que descreveram o recente fim da URSS, ninguém ou quase ninguém referiu que um dos objetivos explícitos da Iniciativa de Defesa Estratégica, lançada em 1983 pela equipe Reagan, era ‘pôr de joelhos a potência soviética’, abalá-la e depois arruína-la por meio de um relançamento desenfreado da corrida armamentista. Parece-nos, por isso, absolutamente evidente o caráter mistificador de categorias que pretendem definir como processo puramente espontâneo e interno uma crise que não pode ser separada da formidável pressão exercida pelo campo adverso. E a categoria de ‘implosão’ ou de ‘colapso’, assim como todos os seus sucedâneos [...] poderia, portanto, ser incluída numa mitologia apologética do capitalismo e do imperialismo. Ela só serve, como escreveu D. Losurdo, para ‘coroar os vencedores’” (SALEM, 2008, p. 37-8).

Os elementos básicos da desigualdade nas sociedades de classes, as prerrogativas de linhagem, a ascendência das forças sobrenaturais sobre as estruturas de poder, a guerra, o colonialismo e imperialismo, o racismo, o sexismo e antes de tudo, o dinheiro, seguem atuando mais ou menos triunfalmente, como o vêm fazendo no transcurso dos milhares de anos das sociedades de classes (FERNANDEZ-ARMESTO, 2002)⁶. A tendência à polarização social de classes vaticinada por Marx e Engels no *Manifesto do Partido Comunista* (1968) para a sociedade contemporânea, que pareceu ser contraditada pelo interregno de *welfare state* do pós-guerra, retomou seu curso sob o capitalismo neoliberal.

No entanto, não há porque acreditar que a humanidade esteja simplesmente conformada com essa situação. Por um lado, as situações sociais objetivas que constituíram a base da irrupção das grandes revoluções seguem presentes. Por outro lado, os valores de liberdade e igualdade introduzidos no proscênio histórico por aquelas revoluções são invariavelmente retomados por praticamente todos os movimentos sociais portadores de elementos anti-sistêmicos que se apresentam na arena política. Uma evidência da importância que essas categorias passaram a ter no mundo contemporâneo, talvez se encontre no fato de que o próprio capitalismo vê a necessidade ou conveniência de emoldurar suas políticas predatórias com o manto da retórica democrática e civilizadora.

É nesse sentido que podemos afirmar que se, por um lado, essas revoluções foram derrubadas pela luta de classes, por outro, elas são vitoriosas, pois todas as lutas sociais que desde a Revolução Francesa as classes subalternas vêm opondo aos donos do mundo estão de algum modo iluminadas pela aspiração de mudanças antitéticas à ordem estabelecida.

No entanto, entre 1970 e 2000, os movimentos populares de luta contra o capitalismo sofreram um portentoso refluxo em todo o mundo, o que na América Latina fez-se ainda mais marcante dada a sua história de conflitos.

São várias as determinantes que poderiam ser arroladas para explicar esse refluxo. Porém, uma das principais determinantes foi a reversão do

⁶ Fernandez-Armesto (2002) não escreve sob a perspectiva teórica das classes sociais. Contudo, o enorme conjunto de indicadores empíricos que seu trabalho oferece é perfeitamente passível de ser reinterpretado segundo um foco de classes.

socialismo histórico e o concomitante sucesso do capitalismo. A derrubada do socialismo histórico não foi nada menos do que a aparente derrota das categorias de emancipação enunciadas pelas referidas revoluções. Diante da estatura do fenômeno, compreendemos que uma profunda crise ideológica tenha se abatido sobre as classes trabalhadoras e que estas tenham adentrado numa era de torpor político.

Um movimento inverso foi percorrido pela burguesia. Uma vez suprimido o antagonista, que malgrado todos os seus problemas era uma força de contenção do capital e de alento dos trabalhadores, a burguesia típica empolgou o poder em todo o mundo ingressando na era do neoliberalismo. A influência material do neoliberalismo sobre todos os países cresceu explosivamente, e a sua ascendência política foi tão grande que os seus ideólogos julgaram-se aptos a enviar para o escaninho histórico das utopias supostamente descabeladas os valores de igualdade e liberdade substantivas, vaticinando o fim da história no triunfo absoluto do capitalismo.

Hoje, quando o acúmulo de problemas coloca a economia mundial à beira de uma assombrosa crise (LI, 2008; DIERCKXSENS, 2008), já podemos olhar o ufanismo neoliberal com certo distanciamento. A crise política e intelectual das forças populares não foi ainda debelada. No entanto, na América Latina, desde fins do século passado, as massas populares de vários países voltaram a se movimentar, muitas vezes tempestuosamente, recuperando valores das revoluções francesa e russa em franca oposição às políticas do capitalismo neoliberal, pretensamente democráticas. Mas, antes mesmo de ocorrerem as manifestações de massas, ainda sob a plena ascendência neoliberal, os trabalhadores vinham ensaiando diversas ações autônomas e inovadoras que buscavam de algum modo recompor, mesmo que fragmentariamente, sua iniciativa política e sua capacidade de se antepor ao sistema.

Este é o caso das organizações de trabalho associado na vigência do capitalismo e da hegemonia política da burguesia. O trabalho associado remonta a meados do século XIX e a sua relevância vem se apresentando mais em virtude do potencial de resistência dos trabalhadores ao capital do que propriamente por sua presença quantitativa na sociedade. Porém, a partir de 1980, em muitos países do mundo, mas particularmente na América Latina, o trabalho associado vem adquirindo um maior empuxe e visibilidade.

O trabalho associado encontra-se inextricavelmente ligado à mudança social. A criação ou recuperação de uma unidade de trabalho sob sua égide é um ato de mudança, porque ao afastar-se de imediato do paradigma dominante de organização do trabalho, erige-se sobre relações de produção relativamente democráticas. Esta sua característica encontra-se no fato de que todas as teorizações que buscam a inteligibilidade do fenômeno coloquem a questão da mudança da ordem estabelecida. O motivo é evidente. Para que os benefícios democráticos do trabalho associado sejam de fato historicamente relevantes, estes devem transcender, quantitativa e qualitativamente, uma situação social de subalternidade ou mera complementaridade da atividade capitalista.

Portanto, a mudança social encontra-se tanto nos atos concretos de estabelecimento de unidades de trabalho associado, quanto nas ilações teóricas ou ideológicas que buscam determinar o seu sentido e direção histórica. Porém, aqui terminam as confluências. As unidades de trabalho associado apresentam diversas variantes de organização, e as teorizações a seu respeito chegam ao ponto de se contraditarem em suas formulações.

O termo *trabalho associado* aparece mais comumente na literatura como uma expressão para referir-se às cooperativas de trabalhadores. Entretanto, neste texto, nos referimos a uma determinada variante do trabalho associado, ou seja, aquela que do nosso ponto de vista apresenta um maior potencial para impulsionar a mudança social, e que não toma necessariamente a forma de cooperativa e nem tampouco faz parte orgânica do cooperativismo. Uma vez apresentada essa variante, polemizamos com certo cânone de pensamento presente em diversas correntes que tratam do tema, o qual defende que a expansão do trabalho associado, até o ponto de se tornar geradora de mudança social sistêmica, pode ser realizada predominante pela via econômica. Finalmente, sustentamos que o trabalho associado é uma estrutura contraditória altamente instável frente à dominação capitalista, ou seja, uma estrutura de transição cuja possibilidade de desenvolvimento de modo algum pode prescindir de sua articulação com um amplo movimento de luta anti-sistêmico e pela instauração da democracia real ou socialismo.

1. O trabalho associado mais-democrático

Na literatura, *trabalho associado* aparece mais usualmente como uma expressão equivalente a cooperativas populares ou de trabalhadores. De fato, na vigência do capitalismo e da hegemonia política burguesa, a maior parte das organizações de trabalho associado (OTAs) toma a forma jurídica de cooperativas. Entretanto, há diversas formas de OTAs sob regimes jurídicos legais ou simplesmente *de facto*.

O trabalho associado apresenta variantes substantivas distintas. Todavia, neste texto, e sob as condições assinaladas, discutiremos em linhas genéricas as principais determinantes das OTAs *mais-democráticas* (VIEITEZ; DAL RI, 2001, p. 119-126), pois defendemos que estas, em princípio, apresentam maior propensão a se engajarem em processos de mudança social.

O perfil evolutivo de uma OTA, que em parte está indicado pelas determinantes que apresentamos em continuidade, encontra-se quase sempre sobredeterminado pela incidência da situação ou conjuntura histórica das formações sociais capitalistas na qual se situa e, também, pela influência de movimentos ou organizações mais amplos que em geral são dotados de programas próprios.

Quanto às situações históricas a que podem estar sujeitas as formações sociais, as que convêm destacar são: presença de hegemonia política e ideológica da burguesia; crise de hegemonia burguesa com ação de forças anti-sistêmicas; situação revolucionária.

Como assinalado, organizações de trabalho associado encontram-se presentes na sociedade desde meados do século XIX. Se considerarmos a magnitude dos seus empreendimentos, concluímos que esta atividade atravessou quase dois séculos sem deixar de ocupar um lugar excêntrico no conjunto das atividades econômicas. Com o advento da fase do capitalismo neoliberal, o trabalho associado cresceu juntamente com o crescimento do cooperativismo, da economia solidária, da economia social, dos empreendimentos de autogestão, dentre outras denominações que abrigam diversificadas formas de cooperação.

No entanto, a presença secular do trabalho associado, mesmo na condição de fenômeno intersticial da ordem social capitalista, num sentido determinado é significativa. O trabalho associado dá testemunho da

resistência secular dos trabalhadores ao trabalho alienado, mostra sua inclinação latente para a igualdade social, reatualiza a cada novo empreendimento os valores de liberdade e igualdade e acumula experiências e saberes que se agregam ao patrimônio histórico do Movimento Operário Popular (MOP). Porém, o trabalho associado na vigência da dominação do capital encontra-se permanentemente pressionado e o perigo de involução democrática ou mesmo de extinção ronda cada OTA.

A Revolução Russa é o exemplo clássico de situação revolucionária. Uma característica central de uma revolução social é que as massas tomam subitamente consciência de sua força, e essa consciência desenvolve-se com um ímpeto ininterrupto e com uma espantosa amplitude. Foi assim que no torvelinho político e social resultante da revolução, o heterogêneo movimento pelo controle operário das fábricas, que gerou embriões de trabalho associado, foi tanto um impulsor da revolução quanto sua decorrência.

A Venezuela atual é exemplo de uma situação em que a hegemonia burguesa encontra-se estremecida, enquanto que o governo, ou parte dele, juntamente com setores populares, encontra-se aparentemente empenhado em mudar a sociedade. Neste ambiente de alta energia política transfixado pela finalidade de mudança, o trabalho associado emerge tão rapidamente quanto rapidamente mudam as suas formas de organização. Um caso emblemático é o da *Inveval*, originariamente *Constructora Nacional de Válvulas*, fábrica metalúrgica produtora de válvulas para a indústria petrolífera, localizada em Carrizal, Los Teques. A Inveval passou rapidamente da condição de fábrica ocupada à condição de cooperativa de trabalhadores em co-gestão com o Estado. Em seguida, em parte por instância dos próprios operários, a empresa foi estatizada, mas sob o compromisso de o Estado preservar a autonomia do *conselho de fábrica* e, portanto, o controle do empreendimento pelos seus trabalhadores.

Em 2003 e 2004, tendo em vista tantos tropeços sofridos, decidimos tomar a entrada da empresa. Permanecemos aí dois anos, em acampamento. Em dezembro de 2005 nos entregaram a chave. E aí começamos. Já tínhamos a cooperativa. Somos trabalhadores do Estado, mas como isto está começando [...] Teremos que nos reunir, pois teremos que fazer uma espécie de estatutos. Como estamos como Estado, a visão que estamos tendo é que a empresa passa a mãos do Estado totalmente, mas será sob o controle dos trabalhadores⁷.

⁷ Entrevista realizada em janeiro de 2008 na Inveval com os trabalhadores Rolando e Ramón do Conselho de Fábrica da empresa.

Essas observações têm o intuito de fazer um esclarecimento. Em seguida apresentamos as determinantes elementares daquela forma de trabalho associado que no nosso entender encontra-se melhor contemplada para o desenvolvimento democrático e, portanto, para contribuir para com a mudança social. Entretanto, esse rol de determinantes não deve ser tomado como uma tipologia, mas sim compreendido como um conjunto de determinações com certa capacidade de ensejar um vetor evolutivo às OTAs, mas que, no entanto, pode ter, e frequentemente tem seu curso modificado por organizações ou movimentos mais inclusivos e situações histórico-sociais diferenciadas.

Em seguida apresentamos as principais características do que estamos denominando de trabalho associado mais-democrático enfatizando as suas instâncias basilares: a associação; a propriedade; o poder; a distribuição; e as relações com os movimentos sociais.

A constituição de empresa de trabalho associado

No capitalismo os trabalhadores são organizados coletivamente em unidades de trabalho com o objetivo de prestarem um serviço ou produzirem um bem num sistema de cooperação para o capital. O trabalho associado surge quando essa mesma força de cooperação coletiva é empregada pelos trabalhadores com o objetivo de instituírem um sistema de cooperação **autônomo** ou **para si**.

Este sistema de cooperação autônomo incide sobre praticamente todos os determinantes constituintes da organização. No entanto, uma dimensão fundamental no conjunto das mudanças que ocorrem está em que o trabalho associado altera o modo de *apropriação do excedente econômico no empreendimento*. Uma outra determinante básica é a constituição de relações no trabalho baseadas na distribuição igualitária⁸ de poder e riqueza.

Em geral, o arcabouço legal que regula as cooperativas não coincide totalmente com a modalidade de trabalho associado que aqui estamos

⁸ O termo igualitário expressa aqui uma tendência e não uma igualdade em sentido estrito. Também convém ter presente que a realização da igualdade real entre os trabalhadores não pode ocorrer sob a vigência da lei do valor mesmo que os valores dos proventos dos trabalhadores sejam monetariamente iguais.

apresentando, embora a legalidade cooperativa seja usualmente utilizada pelas OTAs. Isto significa, em última análise, que o trabalho associado mais-democrático se institui mediante a aprovação de uma **constituição de empresa**, seja esta formal ou informal, que define e regula a natureza das relações de produção no âmbito da organização.

Em qualquer modalidade de trabalho associado, a elaboração desta constituição corporativa é realizada pela instância máxima de tomada de decisões que é a assembléia geral dos trabalhadores. Os delineamentos básicos desta constituição podem ocorrer numa única assembléia ou no decurso de várias, com maior ou menor grau de formalização, e ainda com maior ou menor grau de consciência por parte dos trabalhadores de que nesse processo são colocados os fundamentos da sociabilidade de uma organização de trabalho associado.

Diferentemente do assalariado que pode ser demitido a qualquer momento, o trabalhador de uma OTA, uma vez admitido como associado, integra-se à comunidade de trabalho em princípio indefinidamente, salvo por intercurso de alguma recorrência pessoal grave. Portanto, os critérios para a admissão e demissão de associados são reveladores.

Nas cooperativas de um modo geral é usual que se cobre dos novos associados uma taxa de ingresso, uma vez que os associados não são proprietários de capital. Nas OTAs mais-democráticas estas taxas de ingresso ou não são cobradas, ou tendem a ser simbólicas. Tanto a admissão quanto o desligamento de associados é determinado em última instância pela assembléia geral dos trabalhadores e os desligamentos são excepcionais.

Em síntese, é mediante um ato de vontade política societária⁹ que os trabalhadores decidem constituir uma associação para organizar o seu próprio trabalho, estabelecendo as normas e procedimentos que definem parte significativa das relações sociais do empreendimento de trabalho associado mais-democrático.

⁹ A (des)politização da sociedade e o confinamento da política a determinadas instâncias do Estado é tanto uma técnica operacional da política burguesa quanto um mecanismo de controle das classes subalternas.

A propriedade

No contexto do capitalismo, a maior parte das OTAs mais-democráticas é detentora do que podemos denominar de *propriedade associativa*, ou seja, uma variante modificada da propriedade privada. Uma dimensão diferencial básica é que inversamente do que ocorre na propriedade privada típica, na propriedade associativa os trabalhadores individualmente considerados não detêm qualquer fração do capital. Não há a possibilidade de associação mediante a inversão de capital. E, tampouco há a possibilidade de enriquecimento pessoal, uma vez que a natureza da distribuição nas OTAs impossibilita que a riqueza gerada pelo trabalho se concentre em mãos de uns poucos, do que resulta que os associados sempre dependerão do seu trabalho para a obtenção de um provento regular.

Apesar dessas modificações, a propriedade associativa, no que diz respeito a sua inserção jurídica e também real, social e econômica, segue sob a lógica da propriedade privada dos meios de produção. Isto ocorre porque, se por um lado ela pertence a um coletivo de trabalhadores e, neste sentido, encontra-se mais socializada, por outro lado, como qualquer outra do mesmo estatuto, ela é detentora de uma grande autonomia, quase que uma espécie de soberania frente à totalidade social. Esta é uma das razões pelas quais as OTAs sob o capitalismo, passado mais de um século, seguem sendo tipicamente produtoras de mercadorias. A diferença em relação à propriedade privada mais usual é que esta variante, em princípio, apresenta virtualidades favoráveis à socialização democrática que não existem na pequena ou grande propriedade capitalista.

Há indícios de que a forma de propriedade mais promissora para ao trabalho associado sob o capital é a propriedade estatal. No entanto, o trabalho associado apenas pode preservar sua peculiaridade se a estatização for acompanhada da concessão aos trabalhadores de relativa autonomia de gestão

A propriedade estatal combinada com a autonomia de gestão dos trabalhadores ocorreu na Revolução Russa, porém, em determinadas fábricas e durante um breve período. Depois de um tempo a autonomia de gestão foi anulada e substituída pelo poder hierárquico verticalmente organizado dos diretores nomeados pelo Estado.

A empresa estatal combinada com a autonomia de gestão dos trabalhadores recentemente reapareceu na Venezuela de forma embrionária.

Neste país o governo está facilitando a emergência de várias formas de trabalho associado, dentre as quais a empresa estatal *bajo control obrero*. Entretanto, a posição do governo não é muito clara. Por um lado, recentemente o presidente Hugo Chávez fez elogios ao modelo de estatização sob controle dos trabalhadores. Referindo-se à audiência concedida por Chávez aos trabalhadores da Inveval, Antonio Betancourt e Pablo Comenzana (2008, p. 1-2) ligados a essa empresa, contam que o Presidente elogiou os trabalhadores afirmando que eles estão compreendendo o processo vivido pela Venezuela.

Também os felicitou pela forma em que estão dirigindo a empresa por meio do conselho de fábrica, tendo ressaltado que são os únicos a compreenderem como é preciso fazer as coisas, e que devem ser um exemplo para as demais empresas, que é necessário difundir sua experiência porque desse modo devem funcionar as empresas socialistas. Em seguida agregou que logo a Inveval passaria a ser uma empresa 100% estatal, mas preservando-se o controle dos trabalhadores sobre a mesma por meio do Conselho de Fábrica, tal como vem ocorrendo até agora.

Contudo, por outro lado, o posicionamento do Ministério do Trabalho da Venezuela e em geral o da burocracia do Estado parece favorecer a manutenção de formas hierárquicas do trabalho. Na Invepal, fábrica de papel situada na cidade de Morón, Estado de Carabobo, que em tese é uma empresa de co-gestão, a cooperativa dos trabalhadores foi ignorada na prática e o Ministério do Trabalho estabeleceu uma administração hierárquica sob controle direto de funcionários do Estado¹⁰.

A história do MOP é uma história de divisões em função de divergências políticas, programáticas e outros interesses. No campo do trabalho associado não é diferente, e um dos quesitos que ensejam a discórdia é o da propriedade.

Uma posição polar é a do cooperativismo tradicional que tem como referência a Aliança Cooperativa Internacional (ACI). Na ACI o trabalho associado é apenas uma das modalidades de cooperação que integra o campo cooperativista¹¹, pois, de acordo com a visão deste movimento, a propriedade privada é a garantia da autonomia das cooperativas.

¹⁰ Conforme dados coletados em colóquio realizado com um grupo de trabalhadores da cooperativa Invepal, cidade de Morón, Venezuela, em janeiro de 2008.

¹¹ Este movimento cooperativista de há muito abandonou suas raízes populares, uma vez que juntamente com cooperativas de trabalhadores afilia cooperativas de capitalistas.

Num outro pólo encontra-se uma corrente política que tem como referência o processo da Revolução Russa. Essa corrente tem forte crítica às cooperativas por considerar que reproduzem o corporativismo e o egocentrismo da empresa capitalista. Essa vertente defende a ocupação das fábricas e sua estatização sob o controle dos trabalhadores. Contudo, neste momento, não é claro se o preconizado controle dos trabalhadores é o controle operário que o Partido Bolchevique defendeu durante a revolução, que era uma modalidade de supervisão, ou se os próprios trabalhadores devem gerir as unidades de trabalho.

Negação do trabalho assalariado

Uma das características mais importantes das OTAs mais democráticas é a rejeição prático-ideológica do trabalho assalariado, seja em sua forma típica, seja sob forma disfarçada ou indireta. O trabalho assalariado apenas é admitido em caráter supletivo ou emergencial.

As legislações sobre cooperativas dos diversos países variam quanto a isto. Em geral, entretanto, elas possibilitam uma utilização significativa de trabalhadores assalariados. Além disto, não é raro que as cooperativas que já utilizam trabalho assalariado ou dependente não tenham pruridos em contornar a lei cooperativa para expandirem a sua planilha de trabalhadores assalariados para além do legalmente permitido.

A utilização de um segmento de trabalhadores assalariados estabelece imediatamente a exploração de um grupo por outro e constitui um segmento de trabalho tipicamente alienado. Há justificativas práticas para a adoção desse procedimento. Contudo, o seu uso, mesmo que mitigado, choca-se com os próprios objetivos de existência de uma OTA democrática, sendo uma contradição nos termos.

Entretanto, a inexistência de uma legislação democrática e específica para esse tema, demanda que a não utilização do trabalho subordinado seja o resultado de uma deliberação do coletivo de trabalhadores associados.

Distribuição do excedente econômico

O excedente econômico, ou seja, o que restou após o pagamento de todos os fatores de produção, é dividido entre os associados em parte iguais.

Quanto aos proventos mensais dos associados, a distribuição tem como referência a igualdade, podendo ser chamada de eqüitativa. Este tipo de distribuição se caracteriza pelo fato de que o intervalo entre o piso e o teto dos valores das retiradas é pequeno, situando-se em geral na proporção de um para três.

De fato, o estabelecimento de retiradas aritmeticamente iguais é muito difícil na prática sob o domínio da lei do valor de mercado. Mas, em geral, as diferenças existentes observáveis nas organizações que praticam esse princípio decorrem mais de montantes diferenciais de trabalho prestado, e das necessidades dos associados, do que propriamente de critérios decorrentes de concepção meritocrática, que é dominante na sociedade. Assim, por exemplo, em muitas cooperativas de produção agropecuária do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o montante de horas trabalhadas para além da jornada obrigatória resulta em certo diferencial de rendimentos (DAL RI; VIEITEZ, 2008). Já na fábrica Zanon, situada na cidade de Neuquém, Argentina, são as diferentes necessidades dos trabalhadores que geram diferentes rendimentos. Os mais antigos na empresa, ou seja, os mais velhos recebem um pequeno *plus* extraordinário, assim como os que têm família mais numerosa, ou os que necessitam de cuidados médicos.

A retribuição igualitária é mais fácil de praticar nas OTAs que apresentam uma composição profissional mais simples e homogênea, vale dizer, uma composição profissional menos transfixada por premissas educacionais escolares, uma vez que a escola capitalista, habilitadora universal da força de trabalho no sistema, realiza também uma indexação profissional supostamente baseada no mérito profissional. Assim, por exemplo, as profissões superiores são mais bem remuneradas que as que demandam curso médio e estas melhor pagas que as que requerem apenas o ensino fundamental.

É muito difícil para uma OTA que apresenta uma escala profissional diversificada implementar uma política de distribuição igualitária, encontrando-se mais nesses casos, e não sem dificuldades, uma escala eqüitativa¹².

¹² Também convém ter presente que a realização da igualdade real entre os trabalhadores não pode ocorrer sob a vigência da lei do valor. E a questão da igualdade está longe de poder ser reduzida à distribuição monetária dos proventos.

Nas OTAs a distribuição é comumente um dos eixos, ou o eixo principal, em torno do qual se reapresentam os conflitos de classe típicos da sociedade capitalista. A estrutura de classes, a composição do sistema de *status* social, o dinheiro, a estrutura de consumo vigente e o sistema escolar, propiciam uma tendência poderosa à promoção da desigualdade, e o florescimento desta não é outra coisa do que a corrosão da democracia na OTA. Portanto, a questão da pressão social que clama por desigualdade nunca está realmente resolvida nas OTAs sob o regime burguês, o que demanda uma luta difícil e recorrente contra ela.

O poder

O núcleo do poder no trabalho associado está na assembleia geral dos trabalhadores. Em princípio, a assembleia dos trabalhadores que originariamente funda a OTA e aprova os estatutos e normas, no desenvolvimento da vida da organização transforma-se na instância mais importante de tomada de decisões.

Na variante de trabalho associado que estamos aqui considerando encontramos duas práticas básicas de organização de poder: a representativa e a horizontalizada. Na prática *representativa*, embora a assembleia seja a principal instância de poder, na maior parte do tempo as decisões são tomadas pelo Conselho Administrativo ou Conselho Diretor eleito pelos associados. Essa é a modalidade típica que em trabalho anterior (VIEITEZ; DAL RI, 2001) denominamos de gestão de quadros.

Na prática que estamos denominando de *horizontalizada*, a maior parte das decisões são tomadas nas assembleias gerais e, geralmente, a OTA possui órgãos intermediários para discussão e tomada de decisões setoriais. Neste segundo tipo, embora o executivo tome decisões, ele tem menos autonomia do que no caso anterior e atua predominantemente como um instrumento de execução das decisões tomadas pela assembleia. Os quadros continuam tendo ascendência na OTA por suas qualidades intelectuais e experiência, no entanto, o poder encontra-se mais descentralizado. Nas OTAs desse tipo há uma preocupação do coletivo em fazer com que todos os trabalhadores tenham oportunidades de adquirir experiências profissionais, administrativas e políticas.

2. Trabalho associado, mudança social e concepção de mundo

No tópico anterior evidenciamos as determinações básicas das OTAs mais-democráticas que, em nosso entender, apresentam maior potencial para preservar relações de trabalho democráticas e para auxiliar ou impulsionar mudanças sociais mais amplas de signo também democrático. Neste tópico, discutimos a condição do trabalho associado diante da perspectiva de mudança social totalizadora.

O trabalho associado introduz mudanças importantes, subversivas incluso, nas unidades de produção sob seu controle. Neste sentido, o trabalho associado traz consigo, imanentemente, a idéia de mudança social desde as suas origens. Contudo, desta característica não se depreende automaticamente que os trabalhadores associados tenham uma visão de mudança socialmente totalizadora, e muito menos que se empenhem em ações sociais para além das unidades de trabalho com esse propósito. Além disso, as ideologias, teorias ou movimentos sociais que de algum modo se preocupam com o fenômeno, ou que estão organicamente ligados a ele, têm posições distintas e até contraditórias quanto ao seu significado social, em especial quando o trabalho associado se apresenta na vigência da hegemonia política burguesa e sob o estatuto jurídico de propriedade privada dos meios de produção.

Recordemos brevemente algumas das posições ou influências que pontuaram historicamente este tema e que ainda hoje seguem presentes.

Os *socialistas utópicos* foram muito importantes num determinado momento histórico do movimento operário e popular e tiveram grande influência na formação do cooperativismo moderno. Alguns deles, como Robert Owen, por exemplo, foram importantes no movimento operário, contribuindo para sua organização e suas lutas. Mas, supuseram que seria possível construir uma nova sociedade mediante a criação de comunidades alternativas microcósmicas, que poderiam expandir-se a expensas da ordem estabelecida e sem a necessidade de guerrear com o capitalismo diretamente nas empresas ou com as forças do Estado.

Os cooperativistas, que construíram um movimento de âmbito mundial, acreditam que a organização das atividades econômicas mediante cooperativas é em si mesma a grande e suficiente mudança social a ser promovida. A cooperativa aparece aqui como o verdadeiro demiurgo da

reorganização social. Em consequência, todos os sujeitos sociais que organizam cooperativas observando os princípios são considerados cooperativistas, independentemente de suas *situações e posições de classe*. Em termos de mudança social, o problema a ser considerado é, portanto, basicamente, o problema da universalização na sociedade do modelo cooperativista de atividade econômica baseado na propriedade privada. Fundamentalmente, o movimento cooperativista declara-se politicamente neutro. É certo que as cooperativas estão em luta com as empresas capitalistas, mas nesta visão isto ocorre pela competição econômica e não pela luta política e social.

A organização cooperativa tende naturalmente a internacionalizar-se qualquer que seja o aspecto que possa tomar a orientação econômica e social, uma vez que o primeiro princípio da cooperação é a associação, isto é, a unidade. Sua essência consiste em buscar uma solução aos problemas coletivos graças a uma ação a partir da associação, a título individual, de homens e mulheres em sociedades cooperativas; e em seguida, mediante a conjunção dessas associações cooperativas em federações; finalmente o curso natural de sua evolução conduz à organização, por meio de federações de alcance nacional, de instituições internacionais que têm por objeto a assistência mútua e o acordo para o progresso dos interesses comuns (WATKINS, 1973, p. 15).

O materialismo histórico diferencia-se radicalmente do socialismo utópico e do cooperativismo. Os seus fundadores entenderam como positiva a criação de cooperativas de trabalhadores, considerando que a formação dessas organizações era uma indicação de como um novo modo de produção poderia emergir a partir do velho (MARX, 1991, p. 509). Contudo, eles não atribuíram a essas organizações nenhum papel especial no revolucionamento da sociedade capitalista. Para os fundadores do materialismo histórico os sujeitos deste movimento de transformação são os assalariados, particularmente o operariado, e o método visando à transformação é a luta de classes contra as instituições capitalistas, que deve culminar na conquista do Estado e, subsequentemente, em todo o revolucionamento da ordem social.

Com o advento do capitalismo neoliberal, observamos o florescimento de organizações de trabalho associado, a maioria das quais toma a forma legal de cooperativas. Inúmeras destas cooperativas de trabalhadores colocam-se sob influência da legislação cooperativa ou

integram o movimento cooperativista tradicional, que tem na ACI o seu norte. Porém, concomitantemente, formam-se visões e organizações novas que contraditam o cooperativismo tradicional. Estas organizações apresentam um importante elemento comum: a rejeição do pluralismo de classes pretensamente neutro do cooperativismo tradicional e a opção unilateral pelos trabalhadores. No Brasil surgem diversas iniciativas de cooperativas populares: a economia solidária, as fábricas de autogestão, o sistema cooperativista do MST, dentre outras. Na Argentina notabilizaram-se recentemente as fábricas recuperadas. E, na Venezuela o governo faz um esforço para estimular a formação de novas cooperativas de trabalhadores, que se multiplicaram.

A emergência deste renovado impulso do trabalho associado, concomitantemente à formação de novas organizações dirigentes ou de referência, colocou uma vez mais a questão de qual é o papel que essas organizações podem ou devem desempenhar na sociedade de classes com relação à transformação social.

Há visões e respostas divergentes para essa questão. Mas, neste espaço vamos comentar apenas uma dessas posições que, na ausência de melhor termo, denominamos de proposição *immanentista*¹³. Essa posição encontra-se apenas aflorada no plano propriamente teórico. Entretanto, está amplamente disseminada na literatura sobre as cooperativas de trabalhadores, a qual, segundo Gutierrez (2004, p 9-24), antes de examinar criticamente o fenômeno, encontra-se por ora mais voltada para divulgá-lo segundo visão otimista e esperançosa. Nessa visão, variavelmente subjaz uma perspectiva immanentista.

Essa corrente preserva um vínculo com os *socialistas utópicos* e com o movimento cooperativista. Isto não deixa de ser paradoxal, dado que uma marca de sua práxis é a negação do pluralismo social presente no cooperativismo e, conseqüentemente, a assunção da tese de que apenas os trabalhadores podem desenvolver associações para o trabalho conseqüentes

¹³ No Brasil, o immanentismo é bastante presente, por exemplo, na economia solidária, a qual atualmente é uma das mais importantes referências para o trabalho associado. O tipo de impostação esposada pela economia solidária situa-se em vivo contraste com outra organização promotora de trabalho associado, a Confederação Brasileira das Cooperativas da Reforma Agrária (CONCRAB) ligada ao MST, muito embora alguns autores classifiquem a CONCRAB no campo da economia solidária.

com valores democráticos transcendentais à chamada democracia liberal e, portanto, conseqüentes com a mudança social de natureza revolucionária.

Podemos dizer, grosso modo, que o imanentismo se caracteriza por acreditar na superioridade política e econômica da unidade de trabalho associado em relação à empresa capitalista, com os seguintes desdobramentos: a) a maior capacidade econômica das organizações de trabalho associado, conjuminada com as dificuldades aparentemente crescentes de reprodução do capitalismo, conduzirão as OTAs à expansão ilimitada, a qual culminará na sedimentação de um novo e irresistível modo de produção; b) *pari passu*, o caráter democrático do trabalho associado, que se contrapõe à natureza despótica do capitalismo, desenvolverá competências e motivações que atrairão as massas para o trabalho associado contribuindo para que este se torne dominante.

Em continuidade, apresentamos resumidamente argumentação indicativa de que a assunção dessa teleologia para o trabalho associado sob a égide da propriedade privada, da dominação capitalista e da hegemonia política da burguesia, não se apresenta como plausível.

O fulcro do problema parece decorrer, sobretudo, da visão de que o capitalismo é primordialmente uma economia, ou seja, uma constelação de sujeitos econômicos egocêntricos, os quais acabam por promover a alocação racional dos fatores econômicos, mediamente e não intencionalmente, competindo no mercado e guiados pela *smithsoniana* mão-invisível.

Essa teoria, extremamente útil para a gestão econômica, política e ideológica do capitalismo pela burguesia, refere-se a uma ordem de problemas do sistema tão importante quanto parcial. Esta é uma das razões do porque Marx apresentou o seu estudo *O capital* (1972), com o subtítulo de *crítica da economia política*, e não simplesmente da economia. Uma idéia central no trabalho de Marx (1982, p. 228-229) é a tese de que a economia política capitalista está baseada num sistema geral de roubo do tempo de trabalho alheio.

Parece evidente que o roubo do tempo de trabalho alheio não pode ser classificado como fato meramente econômico, embora assim apareça à sociedade, e nem tampouco pode ser identificado com uma pretensa racionalidade de alocação de fatores econômicos. O roubo do tempo de

trabalho alheio em âmbito societário é um fenômeno ao mesmo tempo econômico e político, que demanda também uma *administração* político-ideológica, além de econômica. Afora isso, o roubo do tempo de trabalho alheio, erigido em sistema de dominação de uma classe sobre as demais, não pode prescindir de uma *administração* policial e militar, sendo pouco provável que o capitalismo possa sobreviver por um dia sequer sem o controle social, virtual ou *manu militari*, exercido por suas forças armadas, como o indica claramente o desenvolvimento da história das classes trabalhadoras (PERRAULT et al., 1998).

Além do mais, é preciso considerar que o roubo do tempo de trabalho alheio jamais esteve adstrito àquela forma típica ou específica ao capitalismo que Marx denominou de *mais-valia*. O próprio Marx (1972, p. 607-649) demonstrou em *A denominada acumulação originária*, que a formação do capitalismo é indissociável da pilhagem planetária do excedente econômico produzido por outras civilizações. Esse fato pode ser observado, também, por meio de outras leituras, como, por exemplo, a narrativa epopéica, empírico impressionista do navegador português Fernão Mendes Pinto (2001). No entanto, é o próprio Marx (1972, p. 607) que, na introdução do capítulo citado, alerta-nos quanto às interpretações *piedosas* do sistema de acumulação capitalista.

Tão pronto se apresenta o problema da propriedade, se converte em um dever sacrossanto abraçar o ponto de vista da cartilha infantil, como o único que convém a todas as idades e a todos os períodos. Mas é sabido que na história real desempenham um grande papel a conquista, a escravização, o roubo e o assassinato; a violência, em uma palavra. Na doce economia política, ao contrário, reinou sempre o idílio. As únicas fontes de riqueza foram desde o primeiro momento a lei e o ‘trabalho’ [...].

Nessa linha de pensamento, comentando as relações entre a economia e a política, Lukács (2007, p. 126-127) afirma:

[...] a tão popular contraposição de violência e de economia, no melhor dos casos é metafísica e não dialética. A violência pode ser uma categoria econômica imanente. No tratamento da renda do trabalho, por exemplo, Marx indica que sua essência, a mais-valia ‘só pode ser extraída por coação extraeconômica’. Além do mais, quanto a isto analisa as condições econômicas em que se baseia a existência da renda do trabalho, acrescentando, porém, que ‘apenas a coação produz aqui a realidade a partir da possibilidade’.

Entretanto, *A denominada acumulação originária* pode induzir à impressão de que os métodos drásticos de acumulação e conversão às relações capitalistas de produção foram acontecimentos das origens, e que, afinal, o capitalismo civilizou-se. Não foi e nem é o que acontece. Wallerstein (1994) demonstra que *o roubo do tempo de trabalho alheio*, na forma de mais-valia ou de outras modalidades de apropriação do excedente econômico, constitui um dos fundamentos da grandeza, riqueza e poder de todas as potências do sistema de economia mundo, passadas ou presentes, o que inclui os diversos tipos de colonialismos ou imperialismos.

Poderíamos multiplicar as referências, porém, vamos assinalar apenas duas mais recentes.

O livro *Confissões de um assassino econômico* apresenta-nos o testemunho de um homem de ação que atuou como sujeito operador das políticas de apropriação encetadas por países e organizações hegemônicas. Eis um excerto de suas *confissões*.

‘Assassinos econômicos’ [...] são profissionais altamente remunerados cujo trabalho é lesar países ao redor do mundo em golpes que se contam aos trilhões de dólares. Manipulando recursos financeiros do Banco Mundial, da Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID), além de outras organizações americanas de ‘ajuda’ ao exterior, eles os canalizam para os cofres de enormes corporações e para os bolsos de algumas famílias abastadas que controlam os recursos naturais do planeta. Entre os seus instrumentos de trabalho incluem-se relatórios financeiros adulterados, pleitos eleitorais fraudulentos, sexo e assassinato. Eles praticam o velho jogo do imperialismo, mas um tipo de jogo que assumiu novas e aterradoras dimensões durante este tempo de globalização. (PERKINS, 2005, p. 9).

Diversamente do caráter de depoimento do texto acima, *Capitalismo gangster* é um estudo acadêmico. Essa pesquisa não tem a pretensão de tratar o gangsterismo como um atributo universal do capitalismo, e situa-se num período determinado da história dos EUA. No entanto, a visão aterradora que oferece, a respeito das práticas contemporâneas da maior potência capitalista do mundo, é plenamente compatível com o espírito prevalecente durante a chamada acumulação originária. O autor mostra que a violência e o banditismo são simbióticos ao funcionamento do capitalismo. E, mais ainda, que infelizmente o *gangsterismo* funcional do capitalismo *respeitável*, que não aparece à sociedade como tal, escondendo-se o quanto pode, tem

alcance e conseqüências muitíssimo mais importantes que sua dimensão mediante propriamente dita.

Após o período Nixon, os promotores públicos e a polícia dos Estados Unidos tiveram êxito freqüente no uso dos poderes de controle do crime organizado de que passaram a dispor, com o objetivo de atacar os gângsteres ou grupos de bandidos que escolhiam. No entanto, a tese central deste livro é que as guerras contra a Máfia e outros grupos de gângsteres foram pouco mais do que uma distração divertida que desviou a atenção em relação a acontecimentos mais importantes, os quais fizeram com que os Estados Unidos voltassem a uma situação de capitalismo gângster semelhante à que ocorrera na década de 1920. Esses acontecimentos abriram oportunidades criminosas para corporações e profissionais numa escala sem precedentes, e a podridão tomou conta do país durante o governo de Richard Nixon. (WOODIWISS, 2007, p. 123).

Em suma, o que desejamos enfatizar aqui é que a alocação racional de fatores econômicos segundo as leis de competição do mercado constitui uma dimensão parcial e unilateral da economia política. De fato, a economia política funciona segundo uma articulação de fatores ao mesmo tempo econômicos, políticos e militares, nos quais o roubo do tempo de trabalho alheio manifesta-se sob as formas mais diversas: da classe dominante sobre as subalternas; e das nações centrais sobre as periféricas. Isso ocorre envolvendo desde sempre a luta pelo acesso vantajoso à força de trabalho, aos mercados, às terras, minérios, fontes de energia e tantos outros fatores. Faz parte da referida visão *piadosa* do capitalismo, a suposição de que esses acontecimentos dizem respeito apenas aos assuntos das grandes nações ou das grandes *corporations*, e que a maioria dos sujeitos econômicos se encontram atuando sob o império da lei e do trabalho. Mantidas as devidas proporções, hoje é praticamente de domínio público que esses procedimentos são moleculares, como nos dão ciência as diuturnas denúncias a respeito do moderno sistema de *acumulação primitiva*, envolvendo corrupção, atos ilícitos de toda ordem e crimes, na esfera pública em simbiose com a esfera privada, na instância municipal, provincial, federal e internacional.

Numa palavra, o poder de competição da empresa capitalista, longe de ser um fenômeno meramente econômico, - a melhor alocação de fatores mediante a competição no mercado - é um fenômeno ao mesmo tempo

jurídico, policial e militar (ARUGUETE; ISAÍÁ, 2008), político e ideológico, cujo poder e eficiência erigem-se em conseguir as melhores oportunidades para levar adiante a apropriação do tempo de trabalho alheio¹⁴.

Como é possível, portanto, frente a esta realidade, imaginarmos que o trabalho associado possa expandir-se indefinidamente por métodos puramente econômicos, mesmo se aceitarmos a duvidosa hipótese de que ele seja portador de maior eficiência econômica? Em última análise, o que se encontra em jogo não é simplesmente a eficiência econômica, mas o poder de classe, a eficiência econômica traduzida em acumulação infinita, que é indissociável do controle político, ideológico e militar visando à apropriação de tempo de trabalho e riqueza.

Em virtude destas determinações do poder do capital, nem mesmo em meio ao advento de uma grande crise catastrófica de realização de acumulação seria plausível a universalização do trabalho associado por meios estritamente econômicos. A segunda guerra mundial foi uma variante de crise catastrófica do capital na qual morreram cinquenta milhões de pessoas (DELPLA, 1998, p. 163-188), em decorrência das ambições imperiais das potências capitalistas. E, nem assim o sistema ruiu. A sua ruína poderá ocorrer, mas isto não acontecerá como decorrência automática de uma grande crise, ou seja, sem a ação de uma força política antagônica desejosa de consumir a derrubada e substituição do sistema, pois a classe burguesa não envidará esforços de qualquer natureza, inclusive a mais bárbara, para preservar e perpetuar seu domínio.

Há ainda outro óbice, tão ou mais impeditivo que o anterior à expansão ilimitada das OTAs sob o regime de produção de mercadorias que é o *desemprego estrutural*. Tudo indica que este fenômeno constitui um problema insolúvel na atual fase do capitalismo. Segundo Mészáros (2004, p. 17),

O que torna essa questão particularmente grave é que o desemprego crônico representa um limite *absoluto* – no sentido de insuperável – do sistema do capital em si em todas as suas variedades possíveis. É por isso que somente uma mudança verdadeiramente fundamental, que institua uma ordem social radicalmente diferente, será capaz de superar a desumanidade do

¹⁴ Embora emirjam indicações de que a apropriação do tempo de trabalho alheio vai se aproximando de seu limite histórico estrutural, esta apropriação continua a ser a fonte e a medida da riqueza, ou seja, do valor de troca.

desemprego cada vez mais globalizado: um problema de que nem mesmo a maior 'casualização' – um sinônimo educado de *precarização* – será capaz de arranhar a superfície.

Embora as OTAs formem-se frequentemente com o intuito de preservar postos de trabalho sob risco imediato de extinção, e ainda que usualmente elas pratiquem políticas de retenção de seus associados, estes são acontecimentos pontuais. No plano macro social, enquanto produtoras de mercadorias regidas pela lei do valor, as OTAs estão sujeitas às leis econômicas geradoras de desemprego tanto quanto as empresas capitalistas, de modo que, neste ponto, as limitações das OTAs são praticamente as mesmas que as limitações do capitalismo. O início de ruptura com estas determinações, que de per si não anulariam as condições impeditivas à generalização pelo método econômico arroladas anteriormente, exigiria que as OTAs fossem capazes de dar início a um embrião de economia não regida pela produção de mercadorias e a lei do valor, o que até o momento não se vislumbra.

Conclusão

O trabalho associado na vigência do capitalismo e sob a hegemonia política burguesa é um arranjo econômico altamente contraditório. As reformas democráticas significativas que ele opera, imediatamente favoráveis aos trabalhadores, encontram-se sujeitas a essas contradições. Particularmente importante é o fato de que, contrariamente ao que possa sugerir a observação superficial, as unidades de trabalho associado não representam a harmonização das relações de produção, que é um dos supostos de sua pretensa superioridade econômica. Ainda que de forma mais mediada, o trabalho associado, sob o domínio geral do capital, segue imerso na luta de classes. Esta se desenvolve externamente, pela incontornável inserção das unidades de trabalho na sociedade capitalista, e de modo endógeno nas unidades de trabalho pelos conflitos internos. A luta de classes trava-se, em parte e nem sempre de modo claro e explícito, entre os próprios trabalhadores associados. Os trabalhadores, cercados e pressionados pelo conjunto totalizador das determinações capitalistas, a longo prazo tenderão a se dividir entre os favoráveis a preservar e aprofundar

os elementos democráticos socialistas presentes nas unidades de trabalho associado, e os que verão na retomada e empuxe das categorias econômicas capitalistas a realização de suas inclinações, bem como a chave do sucesso.

O desafio do trabalho associado é, portanto, duplo. Por um lado, é necessário sobreviver em meio a uma economia política capitalista que, muito para além da alocação racional de fatores econômicos, utiliza as vantagens econômicas obtidas por meios imagináveis e inimagináveis, que vão da prosaica corrupção à guerra, meios estes que além de não estarem ao alcance do trabalho associado, são incompatíveis com sua natureza democrática. Por outro lado, o trabalho associado tem as suas próprias contradições, que ameaçam permanentemente sua precária higidez e valores democráticos embrionários.

As organizações de trabalho associado não são mais tipicamente capitalistas. Mas, tampouco são as organizações de trabalho de um modo de produção alternativo emergente. No sentido da mudança, o que podemos afirmar sobre as OTAs é que, sem se livrarem absolutamente das determinantes capitalistas que nelas seguem subsistindo, instauram em suas práticas alguns elementos democráticos significativos, dentre os quais sobressaem com grande destaque a supressão do assalariamento e a instauração do controle democrático dos trabalhadores. As OTAs são, portanto, antes de tudo, organizações da luta de resistência dos trabalhadores ante o capital, organizações *in flux*, altamente problemáticas e, em última análise, organizações de transição. Dessa forma, o problema da perspectiva para o futuro não está tanto na questão da universalização pela via econômica a expensas das empresas capitalistas, mas, sobretudo, na possibilidade de sua sobrevivência e progressiva expansão relativa, sob a condição de que sejam capazes de preservar o controle democrático dos trabalhadores, sem o que sua própria existência não faria sentido. Entretanto, mesmo considerando esta perspectiva mais modesta, é pouco plausível que as OTAs sigam essa rota de desenvolvimento balizando suas existências em uma visão economicista, uma vez que, como defendemos, a economia é em parte uma ficção. Dessas considerações podemos inferir que a política é tão importante para o desenvolvimento das OTAs quanto é para o capital. Porém, neste caso, trata-se de uma política de signo radicalmente distinto, ou seja, trata-se da política anti-sistêmica dos trabalhadores. Apenas a integração dessas organizações num amplo movimento anti-sistêmico dos trabalhadores,

possibilitará às OTAs levarem avante a própria luta econômica contra o capital. Somente a participação num amplo movimento democrático anti-sistêmico pode oferecer ao trabalho associado os elementos culturais, políticos, ideológicos e outros, para preservar a sua relativa higidez e impedir a sua degeneração democrática e conseqüente regressão. Desse modo, as OTAs poderiam contribuir significativamente para o movimento de mudança social revolucionária, uma vez que a derrocada do sistema, certamente não ocorrerá sem um enfrentamento com o capitalismo em todas as suas instâncias, econômica, política e ideológica.

As OTAs estão presentes no sistema praticamente desde os tempos da revolução industrial. No transcurso desse longo tempo, elas se expandiram e se contraíram em movimentos mais ou menos esporádicos sem que tivessem maior impacto sobre o sistema. Houve época em que tiveram uma apreciação positiva por parte do MOP que chegou a considerá-las como parte da resistência dos trabalhadores ao capital ao lado dos sindicatos e outras organizações e, portanto, consideradas passíveis de integrarem o movimento revolucionário (GRAMSCI, 1970, p. 71-77). Posteriormente à Revolução Russa de 1917, verificou-se uma substantiva dissociação entre o MOP e as OTAs. Na atual quadra histórica do capitalismo neoliberal, as OTAs estão aparentemente passando por um renovado impulso de expansão e, ao mesmo tempo, observa-se certa reaproximação entre elas e o MOP, o que abre uma via de possibilidades positivas.

O capitalismo neoliberal vem usando todo seu poder e riqueza para inculcar nos trabalhadores a idéia de que ele é a própria encarnação da democracia. Esse intuito vem sendo notavelmente facilitado pelo fato de que o capital detém agora verdadeiro monopólio das mídias visuais, escritas e radiofônicas, deixando muito pouco espaço para a divulgação de opiniões divergentes. Entretanto, nem mesmo essa colossal barragem ideológica vem sendo capaz de neutralizar totalmente o fato de que, objetivamente, por suas ações, o neoliberalismo é uma das variantes societárias do capitalismo que mais francamente tem deixado exposta a incompatibilidade atávica existente entre ele e a democracia, o que significa que neste regime social a democracia apenas pode subsistir como falácia.

Iniciado este século, acumulam-se indícios de que os problemas da humanidade acrescentam-se em flecha. E, daqui em diante é a própria

reprodução do ser humano que se encontra em perigo sob a dupla combustão incontida da força de trabalho e da natureza. Por causa disso, aos povos de todos os quadrantes cabem colocar de ponta cabeça o *slogan* neoliberal de que *não há alternativa* ao capitalismo e reafirmar, na tradição das revoluções francesa e russa, que de fato a única alternativa compatível com a continuidade da reprodução do gênero humano é a socialista democrática.

O trabalho associado contém de modo imanente elementos importantes de democracia e socialização. Mas, a sua incorporação consciente às lutas anti-sistêmicas, em aliança com outras forças populares, é o único método que poderá garantir a ultrapassagem de suas limitações econômico-corporativas, elevando-o à categoria de força de nível hegemônico, isto é, de força capaz de contribuir para engendrar uma outra concepção de mundo no plano reflexivo e prático.

Referências

- ARUGUETE, N.; ISAÍA, W. W. *La guerra ya no es para instalar otro modelo económico: ella es el modelo*. [jul. 2008]. (entrevista a Dario Azzelini, investigador italiano de las nuevas guerras). Madrid: *Rebelión*, 2008. Disponível em: <<http://WWW.rebelión.org/noticia.php?id=69651>>. Acesso em: 01 jul. 2008.
- BETANCOURT, A.; COMENZANA, P. Inveval, un ejemplo a seguir. [mai. 2008] Caracas: *Net. Aporrea.*, 2008. Disponível em: ,<http://www.aporrea.org/imprime/n103775.html>.. Acesso em: 06 mai. 2008.
- BETTELHEIM, C. *A luta de classes na União Soviética*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- BRINTON, M. *Os bolcheviques e o controle operário*. Porto: Afrontamento, 1975.
- DAL RI, N. M.; VIEITEZ, C. G. *Educação democrática e trabalho associado no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e nas fábricas de autogestão*. São Paulo: Ícone: Fapesp, 2008.
- DELPLA, F. A segunda guerra mundial. In: PERRAULT, G. et al. *O livro negro do capitalismo*. Porto: Campo das Letras, 1999. p. 163-190.
- DIERCKXSENS, W. La crisis sistémica, como oportunidad. Caracas: *Aporea*. fev. 2008. Disponível em: <<http://www.rebelion.com>>. Acesso em: 16 fev. 2008.
- FERNÁNDEZ-ARRESTO, F. *Milênio – uma história de nossos últimos mil anos*. Rio de Janeiro: São Paulo: Record, 2002.
- GRAMSCI, A. Por una renovación del partido socialista. In: GRAMSCI, A. *Antología*. México: Sigloveintiuno, 1970.

GUTIERREZ, G. L. Economia solidária: de movimento político a política do Estado. *Org & Demo*. Marília, v.5, n.1, p. 9-24, jan./dez., 2004.

LACLAU, E.; MOUFFE, C. *Hegemonía y estrategia socialista – hacia una radicalización de la democracia*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2004.

LÊNIN, V. I. *El control obrero y la nacionalización de la industria*. Moscú: Progreso, 1978.

LI, Minqi. Uma era de transição: os EUA, a China, o pico petrolífero e a morte do neoliberalismo. Lisboa: *Resistir*. mai. 2008. Disponível em: <<http://www.resistir.info/>>. Acesso em: 20 mai. 2008.

LIRIA, C. F.; LIRIA, P. F.; ZAHONERO, L. A. *Educación para la ciudadanía – democracia, capitalismo y estado de derecho*. Madrid: Akal, 2007.

LUKÁCS, G. *Marx, ontologia del ser social*. Madrid: Akal, 2007.

MARX, C. *El capital*. Crítica de la economía política. México: Fondo de Cultura Económica, 1972. Tomo 1-3.

MARX, K. *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (Grundrisse) 1857-1858*. Madrid: Siglo Veintiuno, 1984. v. I.

MARX, K. *O capital*. Crítica da economia política. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991. Livro 3, v. 5.

MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Escriba, 1968.

MÉSZÁROS, I. *O poder da ideologia*. São Paulo: Boitempo, 2004.

PERKINS, J. *Confissões de um assassino econômico*. São Paulo: Cultrix, 2005.

PERRAULT, G. et al. *O livro negro do capitalismo*. 3. ed. Porto: Campo das Letras, 1999.

PINTO, F. M. *Peregrinação*. Lisboa: Relógio D'Água, 2001. v. 1

SALEM, J. *Lenin e a revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

TEXIER, J. *Revolução e democracia em Marx e Engels*. Rio de Janeiro: UFSM, 2005.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

VIEITEZ, C. G.; DAL RI, N. M. *Trabalho associado: cooperativas e empresas de autogestão*. Rio de Janeiro: DP&A: Finep, 2001.

VILLARD, C. 1871: traição de classe e semana sangrenta. In: PERRAULT, G. et al. *O livro negro do capitalismo*. 3. ed. Porto: Campo das Letras, 1999.

WALLERSTEIN, I. *O sistema mundial moderno*. Porto: Afrontamento, 1994.

WOODISS, M. *Capitalismo Gângster*. Quem são os verdadeiros agentes do crime organizado mundial. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007.